



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios
da política social”**

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional

A necessidade de superação do pragmatismo no enfrentamento cotidiano da “questão social”

Márcia Pereira da Silva Cassin¹

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão acerca da importância da articulação entre teoria e prática na superação do pragmatismo profissional, com vistas a buscar respostas efetivas no enfrentamento da questão social frente à atual conjuntura de precarização das políticas sociais. O objetivo central que move esta análise é apontar a necessidade de uma atuação profissional crítica e analítica, que seja capaz de captar o conjunto de mediações oculto no avesso das diversas demandas sociais que são apresentadas cotidianamente aos assistentes sociais, a fim de promover ações para além do minimalismo das políticas sociais.

Palavras-chave: Serviço Social. Pragmatismo. Questão social.

Abstract

This article proposes a reflexion about the importance of the articulation between theory and practice in overcoming of the professional pragmatism, aiming to find effective answers in confronting of social issues about the current conjuncture of the precariousness of the social policies. The central goal that moves this analysis is to point the necessity of a critical and analytics professional acting, capable to assimilate the set of mediations that is hidden on the back of several social demands which are daily presented to the social workers, in order to promote actions beyond the minimalism of the social policies.

Keywords: Social work. Pragmatism. Social issue.

INTRODUÇÃO

Sentados à beira do rio, dois pescadores seguram suas varas à espera de um peixe. De repente, gritos de crianças trincam o silêncio. Assustam-se. Olham para frente, olham para trás. Nada. Os berros continuam e vêm de onde menos esperam. A correnteza trazia duas crianças, pedindo socorro. Os pescadores pulam na água. Mal conseguem salvá-las com muito esforço. Em seguida, ouvem mais berros e notam mais quatro crianças debatendo-se na água. Desta vez, apenas duas são resgatadas. Aturdidos,

¹ Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Minas - Muriaé, Brasil.
Discente de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

os dois ouvem uma gritaria ainda maior. Agora, oito seres vivos vindo correnteza abaixo. Um dos pescadores vira as costas ao rio e começa a ir embora. O amigo exclama: “Você está louco, não vai ajudar?”. Sem deter o passo ele responde: “Faça o que puder. Vou tentar descobrir quem está jogando as crianças no rio”².

Esta lenda se assemelha à realidade vivenciada pelos assistentes sociais na atualidade. Em tempos de radicalização da questão social, os profissionais se defrontam diariamente com as suas mais variadas refrações, sejam elas expressas na fome, na miséria, na violência, no desemprego, ou em outras tantas faces. Tal como o número de crianças atiradas ao rio se multiplicava em proporções cada vez maiores, as demandas oriundas da questão social se ampliam continuamente. Presos na jaula da imediaticidade, alguns profissionais se limitam a “fazer o que podem” e, assim, enfrentam cotidianamente as mesmas demandas sem, contudo, questionar quem está “atirando as crianças no rio”.

Tal postura advém de uma prática profissional irrefletida, acrítica, repetitiva, desconexa dos desafios postos pela atual conjuntura. Ao se prenderem nos aspectos imediatamente instrumentais e operativos de sua atividade, muitos profissionais deixam de questionar os fundamentos de sua prática e seu real impacto e efetividade sobre a realidade com a qual se defrontam. Assim, acreditam que a prática se explica pela prática e que exclusivamente desta provém os pressupostos norteadores de sua intervenção, menosprezando a riqueza do conhecimento teórico. Este modo de conceber a realidade denomina-se pragmatismo e apresenta-se como um sério desafio à profissão de Serviço Social.

A dinâmica de reordenamento capitalista impõe modificações sócio-históricas que incidem sobre a relação Estado/sociedade civil. Tal cenário redefine um padrão de respostas às expressões da questão social que interfere no acesso e reconhecimento dos direitos, onde as políticas sociais tendem a acentuar seu perfil assistencialista e clientelista, no perverso processo de transformar em favor o que é direito. Este quadro de retrocesso das políticas sociais exige dos profissionais uma postura equivalente à do pescador que vai ao encontro das origens do problema.

É preciso ir além das ações imediatas, fragmentadas, destituídas de uma perspectiva de totalidade. Torna-se necessário buscar um aprimoramento contínuo,

² (Gilberto Dimenstein - livreto do CD ao vivo "Amigo" de Milton Nascimento)

sólido, pautado na unidade dialética entre teoria e prática, que possibilite uma intervenção crítica, criativa e propositiva, afinada aos princípios do projeto ético-político da profissão. Enquanto marxistas, entendemos que o responsável por “atirar as crianças ao rio” é o modo capitalista de produção, com sua lógica absurda de expansão e acumulação sem limites e sua busca obcecada pelo lucro. O capital é o responsável pela produção e reprodução da questão social na cena contemporânea, bem como por engendrar as precárias formas de seu enfrentamento. Portanto, somente uma análise rigorosa de seu movimento e metabolismo será capaz de forjar respostas contundentes às demandas oriundas da questão social.

PRÁXIS E ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

A realidade é um complexo de contradições tecidas historicamente pela ação dos indivíduos sociais que dela são partícipes e não se dá a conhecer no campo da imediaticidade, pois a essência é encoberta pelos fenômenos e para desmistificá-la é necessário um rigoroso esforço da consciência em interpretar e compreender o modo de ser do existente. De acordo com Kosík (1986, p. 12) “a realidade é a unidade do fenômeno e da essência”, visto que o fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. O fenômeno contém a essência, mas a revela apenas de maneira parcial, de forma que só se torna possível captar a essência por meio da compreensão do fenômeno. Nesse sentido, essência e fenômeno não pertencem a uma realidade distinta, pois sem a manifestação do fenômeno a essência seria inatingível. Para o autor

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade (KOSIK, 1986, p. 11).

No mundo da pseudoconcreticidade o fenômeno é considerado como a própria essência; ou seja, o aparente, ou aquilo que é passível de ser captado pelos órgãos dos sentidos de forma imediata, é tido como a realidade mesma, sem a consciência de que há uma verdade oculta por trás do fenômeno: há a “coisa em si”.

Parafraseando Marx (1996, p. 271): “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”. Uma vez que o fenômeno não coincide imediatamente com a essência, se faz necessário um esforço para interpretar e reproduzir o movimento do real no pensamento a partir da

decomposição do todo, partindo-se do singular para o universal, e retornando ao singular, pela mediação do particular, a fim de distinguir o “ser-em-si” do “ser-para-nós”, nos termos de Lukács (1978). O conhecimento, ou a teoria, é a reflexão da realidade pela via do pensamento, é o real reproduzido no plano ideal. De acordo com Kosík (1986, p. 21) “o misticismo é justamente a impaciência do homem em conhecer a verdade”. É precisamente esta impaciência que dá origem ao imediatismo e ao pragmatismo profissional, que acabam por consolidar uma falsa dicotomia entre teoria e prática.

Conforme Vázquez (1990) a prática cotidiana, longe de mostrar a essência de modo transparente, o que faz é ocultá-la. A realidade tal qual a Esfinge, desafia – “decifra-me ou te devoro”; para não sermos todos “devorados” pela realidade, é preciso analisá-la e compreendê-la, é preciso decifrar seus enigmas, seus mistérios. Isto se torna possível por meio da relação dialética entre teoria e prática, na qual ambas se complementam e se recriam constantemente, enquanto pares categoriais.

As várias formas de conhecimento encontram seu alcance e sentido na conexão com a atividade prática, entendida aqui como a existência material, social e espiritual do homem – as relações efetivas entre os homens, suas condições de vida, enfim, a vida real. Nesse sentido, a prática é o espaço onde se origina, realiza-se e se confronta o conhecimento, visto ser o local onde a realidade se põe (SANTOS, 2010, p. 31).

A prática é sempre mais rica e complexa do que a teoria, visto que contém mais elementos do que a consciência é capaz de captar, porém só pode ser apreendida à luz de um conhecimento teórico. É por meio da prática, entendida como práxis, que o ser social objetiva-se, produzindo a história. A prática é uma atividade que transforma materialmente a realidade, de forma objetiva e real.

O objeto da atividade prática é a natureza, a sociedade ou os homens reais. A finalidade dessa atividade é a transformação real, objetiva, do mundo natural ou social para satisfazer determinada necessidade humana. E o resultado é uma nova realidade que subsiste independentemente do sujeito ou dos sujeitos concretos que a engendraram com sua atividade subjetiva, mas que, sem dúvida, só existe pelo homem e para o homem como ser social (VÁZQUEZ, 1990, p. 194).

A relação teoria e prática é dada no trabalho, que é a gênese de toda práxis. O trabalho é o princípio da sociabilização das diversas formas históricas de produção. Foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal, alcançando formações

cada vez mais complexas e desenvolvidas. O trabalho é uma característica inerente ao modo de ser dos homens e da sociedade, enquanto condicionador da existência humana. É a condição possibilitadora de uma mediação do homem com a natureza, pois é da natureza que provêm as matérias a serem transformadas em produtos que atendam às necessidades humanas.

Por meio do trabalho o ser humano se faz diferente da natureza, pois ao transformar a natureza, os homens também se transformam. Segundo Marx (2006), O trabalho é uma atividade distinta das atividades desenvolvidas, por exemplo, por um João-de-Barro, uma vez que neste caso a organização das atividades e sua execução são determinadas geneticamente por necessidades biologicamente estabelecidas e por isso não servem de fundamento para o desenvolvimento desta espécie. Durante séculos o João-de-Barro produzirá, exatamente da mesma forma, o que hoje já produz.

Entre os homens, todavia, a transformação da natureza é um processo significativamente diferente, precisamente pelo fato de que a ação e seu resultado são sempre projetados na consciência antes de serem construídos na prática.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (MARX, 2006, t I, v I, p. 211-212).

Esta antecipação na consciência do resultado provável de uma ação é responsável por fundar a diferenciação do homem com a natureza, ou seja, a evolução humana. O trabalho, portanto, consiste na atividade de transformar a natureza a partir de uma prévia ideação.

O homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, frequentemente bastante articuladas. De modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta, é um produto imediato da consciência que guia a atividade (LUKÁCS, 1978, p. 5).

O trabalho não é realizado por meio de uma atuação direta sobre a natureza, mas é preciso que sejam construídos instrumentos para a objetivação de um determinado resultado. Os instrumentos são construídos por meio de escolhas entre alternativas

concretas, com base em avaliações sobre aquelas em que o indivíduo julga mais conveniente para atender a uma dada necessidade. O homem por ser o único animal que fabrica os seus instrumentos de trabalho amplia as suas potencialidades e pode realizar feitos que não poderia sem os instrumentos por ele fabricados.

No processo de trabalho, o homem, valendo-se dos instrumentos ou meios adequados, transforma um objeto obedecendo a uma finalidade. Na medida em que materializa certa finalidade ou certo projeto, ele se objetiva de certo modo em seu produto (VÁZQUEZ, 1990, p. 195).

Ao transformar a natureza, o indivíduo constrói algo novo, modificando a realidade e ao mesmo tempo modificando a si mesmo, pois a descoberta de novas técnicas e habilidades permite a aquisição de novos conhecimentos. Dessa forma, o desenvolvimento das forças produtivas ocasiona o surgimento de novas necessidades e novas possibilidades para atendê-las e os conhecimentos e habilidades que vão sendo adquiridos no trabalho dão origem aos conhecimentos científicos, artísticos, filosóficos, etc., cada vez mais sofisticados.

Nessa perspectiva, a ideia que é objetivada se transforma em objeto, se converte em parte da realidade e passa a sofrer influências e a influenciar a evolução desta mesma realidade da qual é parte. Ao se desenvolver, o homem cria necessidades que vão além do processo de trabalho, pois as relações produtivas não se resumem na relação do homem com a natureza, mas também do homem com o próprio homem. Assim,

A práxis pode ser entendida como o conjunto das objetivações humanas. O homem é um ser prático e social, que só se constitui enquanto tal na medida em que se objetiva e a mais fundamental das objetivações do homem é o trabalho. Nesse sentido, a práxis é reconstruída por Marx como a atividade objetivo-criadora do ser social – e o trabalho é a sua forma, repita-se, ontológico-primária. É a práxis que expressa a especificidade do ser social. Seu desenvolvimento e complexidade crescente é o indicador do desenvolvimento e da complexidade crescente do ser social [...] ela é o constitutivo do ser social (NETTO, 1994, p. 36-37).

Ao desenvolver sua consciência, o homem evidencia o caráter decisório de sua natureza racional. Conforme Lukács, todas as atividades sociais e individuais partem de escolhas e decisões: “todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se faz ou não. Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras” (LUKÁCS, 1978, p. 6).

A ação prática sempre pressupõe uma objetivação, pois é uma ação voltada para um objeto com a finalidade de transformá-lo em algo previamente idealizado. Portanto, o resultado final da prática é um produto efetivo, real. Ao passo que a atividade teórica é o que possibilita um conhecimento capaz de fomentar e dar sustentação à objetivação que é idealizada no pensamento para ser materializada.

A finalidade imediata da atividade teórica é elaborar ou transformar idealmente, e não realmente, essa matéria-prima, para obter, como produtos, teorias que expliquem uma realidade presente, ou modelos que prefigurem idealmente uma realidade futura. A atividade teórica proporciona um conhecimento indispensável para transformar a realidade, ou traça finalidades que antecipam idealmente sua transformação, mas num e noutro caso fica intacta a realidade efetiva (VÁZQUEZ, 1990, p. 203).

A teoria por si só não altera a realidade. Já dizia Marx (1989, p. 97) em sua XI Tese sobre Feuerbach, ao estabelecer uma crítica sobre o materialismo contemplativo: “Os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de transformá-lo”. A teoria só pode materializar-se por meio de uma ação prática que transforme em um resultado real o que antes só existia no plano ideal. Daí a necessidade fundamental de uma articulação entre teoria e prática.

O PRAGMATISMO COMO EXPRESSÃO DA IMEDIATICIDADE DA ORDEM BURGUESA

Na sociedade burguesa contemporânea, predomina a tendência de supervalorização da prática em detrimento da teoria. O valor de uma teoria está diretamente relacionado à sua capacidade de dar respostas imediatas à realidade, de forma que “o verdadeiro se reduz ao útil” (VÁZQUEZ, 1990, p. 211). Assim, se uma teoria não pode solucionar imediatamente um determinado problema, não possui nenhuma validade. Esta racionalidade advinda da consciência comum é o pragmatismo, cuja origem remonta ao final do século XIX e início do século XX, nos Estados Unidos.

Para o pragmatismo, o conhecimento torna-se útil na medida em que é capaz de fornecer respostas úteis para a prática. Há uma redução do prático ao utilitário, ou, em outras palavras: “O critério de verdade para o pragmatismo é, por conseguinte, o êxito, a eficácia da ação prática do homem entendida como prática individual” (VÁZQUEZ, 1990, p. 213). No entanto, a realidade é muito mais complexa do que as suas

fragmentadas manifestações fenomênicas e qualquer ação que se proponha a alterá-la de forma eficaz não pode jamais ser concebida na esfera da imediatez, visto que esta não é capaz de fornecer mais do que respostas pontuais e paliativas. Por isso, a racionalidade pragmática é extremamente funcional à reprodução da ordem do capital, visto que não provoca nenhuma mudança estrutural.

[...] o pragmatismo, como o modo de ser da imediatez do mundo burguês e de sua representação ideal, tomada a partir da experiência, opera com tamanha sutileza que temos dificuldade de perceber que ele é apenas o modo de “apreensão da aparência” do real e não o modo de ser do próprio real. Ele opera em um nível da práxis, cuja inserção e apreensão imediata da realidade passa a ser a atitude prática do homem comum no cotidiano. A atitude pragmática e o pensamento no cotidiano se naturalizam e são naturalizados pela racionalidade tipicamente burguesa (GUERRA, 2013, p. 44).

O pragmatismo encontra no Serviço Social um campo fértil, por se tratar de uma profissão que lida diariamente com as expressões mais perversas da questão social que, na maioria dos casos, exigem respostas em caráter de urgência. A este fato se soma o quadro de precarização das políticas sociais, principais instrumentos de trabalho do assistente social, que se vê tolhido em suas ações, pois estas dependem inteiramente de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para implementar e viabilizar os direitos sociais.

À medida que os critérios de acesso às políticas sociais se tornam cada vez mais restritos e burocráticos, os profissionais podem cair na armadilha de ter sua atuação reduzida a uma mera “administração da pobreza”, abrindo espaço para as ações pragmáticas.

O TRATO CONTEMPORÂNEO À QUESTÃO SOCIAL

As profundas mudanças societárias ocorridas a partir de 1970 redesenharam o quadro do capitalismo, conferindo-lhe novos traços no cenário mundial. Este processo marcado pela reestruturação da produção e do trabalho, pelo predomínio do ajuste neoliberal e pela mundialização do capital financeiro provocou uma reconfiguração do papel do Estado e de suas respostas à questão social, repercutindo em sérios rebatimentos sobre a oferta de políticas sociais.

Iamamoto (2011, p. 124) ressalta que “na raiz do atual perfil assumido pela questão social encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera

financeira e do grande capital produtivo”. Ao mesmo tempo em que as expressões da questão social têm sido radicalmente acentuadas no cenário brasileiro, presencia-se uma retirada paulatina do Estado na responsabilidade por seu enfrentamento. Os direitos constitucionais estão sendo gradativamente substituídos pelos preceitos contidos na cartilha do Consenso de Washington.

Os direitos sociais são subordinados à lógica orçamentária e a política social à política econômica. A cidadania e as necessidades humanas são rebaixadas ao nível da sobrevivência física, prevalecendo o conceito de mínimos sociais na oferta de direitos. Neste sentido,

Observa-se uma inversão e uma subversão: ao invés do direito constitucional impor e orientar a distribuição das verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos. São as definições orçamentárias – vistas como um dado não passível de questionamento – que se tornam parâmetros para a implementação dos direitos sociais implicados na seguridade, justificando as prioridades governamentais (IAMAMOTO, 2011, p. 149).

O peso do fundo público recai, em sua maioria, sobre os trabalhadores, seja com a tributação da renda na fonte, seja quando são remetidos ao consumo (BEHRING, 2009). Todavia, para eles não retorna. Em um contexto de crise comandado pela era das finanças, o fundo público é canalizado para alimentar o circuito financeiro. A dívida pública se converteu no maior canal de transferência de receitas em benefício dos rentistas.

Um dos grandes vilões do orçamento da Seguridade Social e das contas públicas em geral, no contexto do duro ajuste fiscal brasileiro é o mecanismo do superávit primário [...], instituído após acordo com o FMI, em 1999. O volume de recursos retidos para a formação do superávit primário tem sido muito maior que os gastos nas políticas de seguridade social (BEHRING, 2009, p. 50).

O superávit primário é alimentado por um mecanismo criado no âmbito do Plano Real, a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que permite a desvinculação de 20% dos recursos do orçamento da Seguridade Social para o orçamento fiscal. Dessa forma, os recursos que constitucionalmente deveriam ser destinados à classe trabalhadora, são destinados ao pagamento de juros da dívida.

Com base no discurso da “crise fiscal” do Estado, o governo neoliberal impõe

severos cortes nos gastos sociais, que acabam por minar o princípio constitucional de universalidade. Este é substituído pela focalização e seletividade, onde predominam as ações minimalistas de “combate à pobreza”, destinadas aos comprovadamente pobres.

O acesso aos direitos conquistados pela luta e mobilização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores é sujeitado a um “atestado de pobreza”, que pressiona para o cumprimento de certas contrapartidas e condicionalidades. De acordo com Pereira (2003), este fato constitui uma inversão perversa e arrogante de valores no campo da política social, que contradiz até mesmo a lógica contratual, tendo em vista que os pobres, que são credores de uma enorme dívida social acumulada, têm de oferecer contrapartida aos seus devedores, quando estes se dispõem a saldar parcelas ínfimas dessa dívida.

Nesse sentido, “os serviços estatais para pobres são, na verdade, pobres serviços estatais” (MONTAÑO, 2010, p. 195). Diante da insuficiência e precarização dos serviços estatais, o mercado se apresenta como uma alternativa para aqueles que almejam serviços de melhor qualidade, ou seja, voltados para o cidadão-consumidor (MOTA, 2005). No bojo do processo de privatização neoliberal, as políticas sociais são mercantilizadas e o que era direito transforma-se agora em um serviço privado regulado pelo mercado e vendido ao consumidor como uma mercadoria, fortalecendo a acumulação capitalista.

Com o discurso da insuficiência de recursos, o Estado transfere para a esfera da sociedade civil a responsabilidade de assistir os setores da população descobertos pelos precários serviços públicos, mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas.

Cresce o chamado “terceiro setor” composto por um conjunto de ONGs, fundações empresariais, associações comunitárias, movimentos sociais etc. que visam a substituir o papel do Estado na oferta de políticas sociais. Trata-se de “um novo padrão [...] para a função social de respostas às seqüelas da ‘questão social’, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda-mútua” (MONTAÑO, 2010, p. 22).

No projeto neoliberal, as respostas às refrações da questão social deixam de constituir uma responsabilidade do Estado e um direito do cidadão e passam a ser agora de responsabilidade dos próprios sujeitos portadores de necessidades ou uma opção do voluntário que “ajuda” o próximo. O trato contemporâneo à questão social tem abarcado

três dimensões: a intervenção estatal precária; a intervenção mercantil, de boa qualidade voltada apenas para quem tem meios de adquiri-la e a intervenção filantrópica, sem garantia de permanência.

A questão social, enquanto expressão máxima da contradição capital/trabalho, se tornou objeto de ações precárias, focalizadas e filantrópicas, que em nada favorecem o protagonismo e a emancipação da classe trabalhadora. Ou seja, as propostas neoliberais apontam para um “espantoso minimalismo frente a uma ‘questão social’ maximizada” (NETTO, 2010, p. 24).

As políticas sociais estatais que se propõem a enfrentar a questão social na atualidade se tornam cada vez mais sucateadas e com acesso cada vez mais restrito, o que acaba por anular a sua dimensão de direito, caracterizando uma espécie de “clientelismo (pós) moderno” (BEHRING, 2003, p. 65) e reforçando o assistencialismo. A função das políticas sociais, no ideário neoliberal, é meramente complementar, apenas para compensar o que não pode ser acessado via mercado.

O enfrentamento da questão social na contemporaneidade, perpassado por um projeto político-econômico neoliberal de reestruturação do capitalismo contemporâneo ou “tardo-capitalismo” (NETTO, 2012), se expressa pela predominância do minimalismo na oferta das políticas sociais. Estas, por sua vez, não possuem nem mesmo a pretensão de erradicar a pobreza, mas apenas enfrentar a penúria aparente.

Neste sentido, cada indivíduo isoladamente é responsável por suas mazelas. O direito constitucional do cidadão é substituído pelo discurso da solidariedade e

autoajuda, num contexto onde a globalização é “só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza, cada um que cuide do seu como puder. De preferência com Estados fortes para sustentar o sistema financeiro e falidos para cuidar do social” (SOARES *apud* MONTAÑO, 2010, p. 13).

A SUPERAÇÃO DO PRAGMATISMO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O atual cenário de regressão e perda de direitos exige do assistente social uma atuação profissional crítica e analítica, que seja capaz de captar o conjunto de mediações oculto no avesso das diversas demandas sociais que lhes são apresentadas cotidianamente. Apreender as atuais configurações das políticas sociais que se propõem a enfrentar a questão social na atualidade é uma exigência que se coloca a todo profissional interessado na compreensão de sua atividade para além do seu dia-a-dia, visto que nenhum assistente social pode pretender qualquer nível de competência profissional se ignorar as determinações da dinâmica social concreta e do movimento do real.

Como nos recorda Netto (2011, p. 95), “o horizonte real que baliza a intervenção profissional do assistente social é o do cotidiano”, ou seja, é na esfera do cotidiano que o assistente social se defronta com a necessidade de dar respostas imediatas e eficazes às diversas manifestações da questão social. A complexidade das demandas institucionais e a pressão da vida cotidiana dificultam a realização de um exercício de suspensão e reflexão crítica sobre o exercício profissional, favorecendo as práticas de homogeneização de respostas às demandas e padronização do atendimento, as chamadas “receitas de bolo”, que se constituem em uma das faces mais evidentes do pragmatismo.

Muitos profissionais, ao serem sufocados pela rotina e seduzidos pela comodidade do pragmatismo, justificam-se pelo discurso da falta de recursos, da falta de tempo para planejar as ações, da precariedade do seu espaço de trabalho, cedendo ao fatalismo de acreditar que “é assim mesmo e que não vai mudar”. No entanto, não realizam um esforço de sintonizar os problemas mais específicos do seu campo de trabalho com o movimento global da realidade, com a crise do capital, com a mundialização do capital financeiro, com as particularidades da formação social e econômica do Brasil. Sem a apropriação crítica dos conhecimentos teóricos pertinentes

à Economia, Política, Sociologia, História, Direito, dentre outros, torna-se impossível ao profissional contextualizar sua intervenção e apreender os limites e possibilidades de sua prática profissional.

Na atual conjuntura de crise do capital, onde o foco das políticas sociais tem migrado gradativamente das necessidades humanas para as necessidades de auto-reprodução do grande capital tem sido requisitado

[...] um perfil profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Exige-se, para tanto, compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social. Esses elementos, aliados à pesquisa da realidade, possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam (IAMAMOTO, 2011, p. 208).

Neste sentido, entende-se que a luta permanente por políticas sociais universais, por um redirecionamento do fundo público a favor dos trabalhadores, pela efetivação dos direitos sociais, por educação, saúde, moradia, alimentação e transporte públicos de qualidade, exige do profissional uma intervenção que transcenda a imediatividade da vida cotidiana, que esteja pautada na unidade dialética entre teoria e prática, e que permita não somente o atendimento de uma demanda emergente, mas a sua reconstrução crítica no pensamento, de forma a romper com o pragmatismo.

CONCLUSÃO

O cotidiano é o solo onde o real se materializa, é o campo em que os homens, ao se objetivarem, constroem a história. Sua apreensão não se dá no nível da superficialidade fenomênica, mas na busca pela essência, pela coisa em si. Isto se torna possível por meio de um rigoroso esforço de reprodução do real no plano ideal, a fim de interpretá-lo, analisá-lo e avaliá-lo criticamente como “concreto pensado” (MARX, 1983, p. 219).

Este esforço deve ser realizado constantemente na prática profissional dos assistentes sociais frente ao atual quadro de precarização e assistencialização das políticas sociais, na busca por uma intervenção comprometida com o projeto ético-político da profissão, que seja capaz de ir além do cotidiano e do atendimento imediato às demandas sociais, fortalecendo as lutas sociais na defesa pela ampliação da cidadania

e consolidação dos direitos sociais.

Torna-se necessário, portanto, romper com o pragmatismo e com o véu da pseudoconcreticidade, por meio do exercício permanente de conjugar a teoria à prática, bem como buscar uma formação contínua juntamente com a atualização e acompanhamento dos avanços dos conhecimentos produzidos. Assim, pode-se garantir respostas concretas, efetivas e duradouras às diversas refrações da questão social, que superem a imediatividade e busquem a equidade, para além dos mínimos sociais.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. Acumulação capitalista, fundo público e Política Social. In: BOCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso. (org.) **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GUERRA, Yolanda. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katalysis**, 2013. no prelo

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 4a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Revista Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. Teses sobre Feuerbach. In: Marx e Engels, **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **O capital. Crítica da Economia Política**. Livro I, Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro I, Volume I. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elisabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social nos anos 80 e 90. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. Razão, ontologia e práxis. **Revista Serviço Social e sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XV, n. 44, 1994.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. In: **III Encontro Internacional “civilização ou barbárie”**. Serpa, 2010. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

_____. Crise do capital e consequências societárias. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.111, p. 413-429, 2012.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Porque Também Sou Contra a Focalização das Políticas Sociais**. Brasília, 2003 (mimeo).

SANTOS, Claudia Monica. **Na Prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social, Rio de Janeiro: Lumen Juris editora, 2010.

VAZQUEZ, Sanches A. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.